

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

CÂMARA TÉCNICA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CTINS /CERH

Ata da Reunião CTINS/CERH nº20/2025

No dia 16 de dezembro de 2025, às 09h30, realizou-se, em formato híbrido, por meio da plataforma Zoom, a 20ª Reunião da Câmara Técnica dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos – CTINS/CERH. De início, o Coordenador da CTINS/CERH, Sr. Tiago Bacovis, procedeu à abertura da reunião, passando em seguida a palavra ao Secretário Executivo, Sr. Alex Justus da Silveira, para realizar a chamada nominal dos presentes. Foi registrada a presença dos seguintes membros: Sr. Tiago Bacovis, Coordenador da CTINS/CERH e representante do Instituto Água e Terra (IAT); Sra. Maria Cristina Dias Bittencourt (SEED); Sr. Hermam Vargas Silva (ABAS); Sr. Nicolás Lopardo (SANEPAR); Sra. Bruna Mayer (OCEPAR). Também participaram da reunião o Sr. Márcio Moro, a Sra. Valéria Santana Santos e a Sra. Jacilene Gomes Moreira, representantes da Assessoria da Secretaria Executiva do CERH, bem como a Sra. Bianca Olischevis, servidora da Gerência de Bacias Hidrográficas do Instituto Água e Terra – GEBH/DISAR/IAT. Verificada a conformidade com o art. 22 do Regimento Interno do CERH, que exige a presença de, no mínimo, metade dos membros da Câmara Técnica para legitimar a abertura dos trabalhos, e constatada a participação de 5 dos 10 representantes titulares da CTINS, deu-se início às atividades técnicas da reunião. Registra-se, ainda, que após a contagem inicial dos membros, estavam presentes os seguintes representantes: Milton Luiz Brero de Campos (AMEP); Paulo Quintiliano Moura (FIEP); Luciano Rodrigues Penido (SANEPAR); Marcos Rosa (SEED); e Luiz Arthur (CEDEA). Ato contínuo, o Coordenador da CTINS deu prosseguimento ao item 3 da pauta, referente à aprovação da Ata da Reunião CTINS/CERH nº 19/2025, propondo a dispensa de leitura, tendo em vista o envio prévio do documento a todos os membros. A ata foi submetida à votação e, não havendo manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade. Passando ao item 4 da pauta, referente à análise e deliberação acerca das sugestões finais apresentadas no âmbito do conteúdo do Manual de Operações do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, o Secretário Executivo, Sr. Alex Justus, informou que, na presente reunião, dar-se-ia continuidade à análise das sugestões propostas pelo CEDEA que permaneceram pendentes, propondo que o representante do CEDEA, Sr. Luiz Arthur, conduzisse a apresentação. Os representantes iniciaram a avaliação da sugestão referente ao item 5 – “Hierarquização”. Após as discussões, houve consenso pela manutenção da redação original. Em seguida, o Coordenador Tiago Bacovis colocou o item 5 do Manual em deliberação, sendo aprovado por unanimidade. O Sr. Alex Justus lembrou, ainda, que havia sido definido que o trecho que fazia menção aos “critérios” não seria incluído no Manual. Os representantes concordaram, e a frase que fazia referencia aos critérios foi excluída. Na sequência, foi analisada a sugestão de alteração proposta para o parágrafo subsequente do item 5. Após o debate entre os

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

participantes, foi sugerida a seguinte adequação: “As propostas aprovadas e não contempladas no Plano de Aplicação permanecerão na lista de espera (...)”. Em continuidade, o Secretário Executivo, Sr. Alex Justus, colocou em discussão as sugestões apresentadas para o item 5.1 – “Critério de Elegibilidade”. Após as discussões, foi proposta a alteração da redação da alínea “a” para: “associações civis já indicadas no item 3.5 do presente Manual;”. Ademais, sugeriu-se que o restante do parágrafo fosse transposto para o item 3.5 “Entidades Externas”, o qual ficou com a seguinte redação: “Mediante realização de estudos, projetos, serviços, ações e obras enquadradas nos Planos das Bacias Hidrográficas e no PERH, são elegíveis as instituições da sociedade civil que tenham vínculo direto com ações de recursos hídricos: associações civis regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos, consórcios ou associações intermunicipais de bacia hidrográfica, bem como fundações universitárias, cooperativas e as demais contempladas no item de exigibilidade, a exemplo de instituições de ensino superior, e que preencham os seguintes requisitos (...)”. Na sequência, foi proposta a alteração da alínea “b” para: “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos” bem como a adequação da alínea “e” para: “organizações civis com atuação comprovada na área de recursos hídricos”. Posteriormente, o Secretário Executivo, Sr. Alex Justus, colocou em análise as sugestões apresentadas para o item 5.2 - “Critério de Priorização”. Após às discussões, foi proposta a seguinte alteração para o segundo parágrafo: “(...) essa medida garante que os projetos submetidos estejam alinhados com as metas estratégicas do Estado e com consulta aos Comitês de Bacia.”. No parágrafo seguinte, foi acordada a manutenção da sugestão de substituição do termo “reconhecido” por “decretado” pela Administração Pública. Concluída a análise, o Coordenador Tiago Bacovis colocou em deliberação o item 5 do Manual, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, o Secretário Executivo, Sr. Alex Justus, colocou em análise o item 6 – “Fluxograma”. O Sr. Luiz Arthur se propôs a apresentar as sugestões por ele inseridas no referido item. Após as discussões, foram propostas as seguintes adequações aos parágrafos iniciais do item 6: No primeiro parágrafo, o termo “sustentável” foi substituído por “regenerativa”. O segundo parágrafo passou a ter a seguinte redação: “As propostas dos temas indicados anualmente podem ser apresentadas por entidades participantes do processo, conforme discriminadas no item 3, por fluxo contínuo, conforme as metas, e desde que não estejam contempladas nos Planos de Bacias, cujos recursos para execução devem ser oriundos da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos”. Posteriormente, o Sr. Luiz Arthur apresentou as demais alterações no texto do Fluxograma propostas pelo CEDEA, esclarecendo que o texto original foi dividido em fases para facilitar, com objetivo de facilitar a compreensão tanto pela Administração quanto pelos usuários. Ademais, ressaltou que as alterações propostas ainda precisam ser refletidas na Figura 01 - “Fluxograma de análise das propostas para utilização de recursos do FRHI/PR, sugerindo que o IAT ficasse responsável por realizar essa adequação. Com a palavra, o Coordenador Tiago Bacovis colocou em deliberação o item 6 – “Fluxograma”, sendo

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

83 aprovado por unanimidade, com a observação da necessidade de ajuste na Figura 01.
84 Na sequência, o Secretário Executivo, Sr. Alex Justus submeteu à análise o item 7 –
85 “Apresentação dos Projetos”, explicitando as alterações sugeridas para as
86 características dos projetos. Inicialmente, foi proposta a seguinte redação para o inciso
87 V – “Estar alinhados ao desenvolvimento restaurativo e das convenções internacionais
88 que o Brasil é signatário.” Em seguida, após a discussão entre os representantes, o Sr.
89 Luiz Arthur retirou sua proposta de alteração do inciso VI. Posteriormente, foi acordado
90 para o inciso VIII, a alteração do termo “governo” por “Políticas Públicas”. Concluída a
91 análise, o Coordenador Tiago Bacovis colocou em deliberação o item 7 do Manual, sendo
92 aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Secretário Executivo, Sr. Alex Justus,
93 submeteu à apreciação as sugestões de complementação propostas para o item 8 –
94 “Eixos Temáticos”. Após as discussões, foi acordada a seguinte redação para o inciso
95 IV: “Conservação e proteção dos recursos hídricos devem ser priorizadas em todos os
96 projetos, com ações que visem conservar as fontes/nascentes de águas nas zonas de
97 mananciais, áreas de recarga e aquíferos associados, bem como os ecossistemas
98 relacionados. Isso é fundamental não apenas para a manutenção da qualidade da água,
99 mas também para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas.” Em seguida, o
100 Coordenador Tiago Bacovis encaminhou para votação o item 8, sendo aprovado por
101 unanimidade. Na sequência, o Sr. Alex Justus apresentou as alterações propostas para
102 o item 11 – “Obrigações do Proponente”. Após as discussões, foi definida a seguinte
103 redação para o segundo parágrafo: “Os veículos e as obras, bem como o local de
104 execução do projeto, devem conter identificação de que os recursos utilizados são
105 oriundos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. As obras deverão possuir placas
106 visíveis informando que o investimento foi realizado com recursos do referido Fundo,
107 com a indicação do valor aplicado”. Com a palavra, o Coordenador Tiago Bacovis
108 submeteu à deliberação o trecho do Manual relativo ao item 11, o qual foi aprovado por
109 unanimidade. Posteriormente, foi discutida a proposta referente ao item 13 –
110 “Atendimento às dúvidas”, tendo sido acordada a seguinte redação para o parágrafo
111 inicial: “Conforme necessidade justificadamente apresentada, os integrantes do SEGRH
112 poderão encaminhar propostas de alteração e revisão do manual ao IAT, que irá realizar
113 a deliberação em conjunto com a SEFA e a SEDEST. As propostas serão remetidas ao
114 CERH, que revisará as propostas de alteração e/ou revisão do Manual, por meio da
115 CTINS, para posterior envio ao pleno do CERH e trâmites ulteriores”. Com a palavra, o
116 Coordenador Tiago Bacovis colocou em deliberação o item 13, sendo aprovado por
117 unanimidade. Na sequência, o Secretário Executivo, Sr. Alex Justus, informou a
118 existência de duas propostas encaminhadas referentes ao Plano de Trabalho, sendo
119 uma apresentada pela SETI e outra pela DISAR. Nesse contexto, o Secretário Executivo
120 propôs que a Sra. Bianca Olischevis se manifestasse acerca de sua proposta. Em
121 resposta, a Sra. Bianca esclareceu que havia encaminhado duas versões, sendo que
122 uma delas consistia na compilação de sua proposta com aquela apresentada pela SETI.
123 Após as discussões entre os representantes, foi acordado que o formulário compilado

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

pela Sra. Bianca era o mais adequado. Diante disso, o Coordenador Tiago Bacovis submeteu o referido formulário à deliberação, sendo aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Coordenador da CTINS deu prosseguimento ao item 6 da pauta, “Assuntos Gerais”. Nesse momento, o Sr. Luiz Arthur solicitou a palavra para se manifestar sobre o referido item, cujo posicionamento encontra-se a seguir: “O CEDEA manifesta-se no sentido de que foi aprovado, pelo Governo do Estado, o artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná, em caráter de emergência. O referido projeto de lei foi encaminhado no dia 5 de dezembro e aprovado na semana passada. A medida estabelece que, havendo superávit nos fundos estaduais — sejam eles de meio ambiente ou de recursos hídricos — os valores deverão retornar ao Caixa do Estado. Dessa forma, caso os recursos não sejam integralmente executados no respectivo exercício, os valores retornam ao Governo do Estado. Tal situação configura grave falta de transparência, uma vez que parte desses recursos pode ser oriunda de outorga, bem como de valores provenientes do Ministério Público. Questiona-se como o Governo do Estado encaminha uma mensagem dessa natureza sem qualquer discussão prévia com a sociedade civil. Trata-se de uma situação vergonhosa. As entidades sentem-se envergonhadas com a postura do Governo do Estado do Paraná ao encaminhar essa mensagem à Assembleia Legislativa e, posteriormente, vê-la aprovada, vedando a existência de superávit em fundos estaduais. Ressalte-se que foram excetuados apenas os fundos constitucionais — da criança e do adolescente, da saúde e da educação — que não podem sofrer esse tipo de intervenção. Contudo, os fundos relacionados à água e ao meio ambiente permanecem sujeitos à medida. Para nós, trata-se, lamentavelmente, de mais um exemplo da ausência de diálogo com a sociedade civil, a exemplo do que ocorreu com a lei de licenciamento ambiental, atualmente em discussão no Supremo Tribunal Federal, com questionamentos quanto à sua constitucionalidade.

As entidades seguem avaliando as medidas cabíveis diante dessa situação, uma vez que se trata de um procedimento adotado de forma emergencial, sem discussão com a sociedade civil, e que impede a manutenção de superávit nos fundos. É uma vergonha. Como sociedade e como paranaenses, sentimo-nos envergonhados. Buscaremos questionar essa decisão em todas as instâncias cabíveis, seja no STF, no STJ ou em qualquer outro foro competente. Não podemos nos omitir diante da irresponsabilidade de não se discutir com a sociedade civil um projeto de lei dessa relevância, tampouco de não se dialogar com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e com o Conselho Estadual do Meio Ambiente, que tratam de recursos fundamentais para conter o avanço da degradação ambiental, bem como para a preservação e conservação do Estado do Paraná. Essa é a manifestação do CEDEA, bem como das demais entidades que integram o Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas. Encerramos esta manifestação registrando nosso profundo pesar. Não se trata de um presente de Natal para o Paraná, mas, ao contrário, de um verdadeiro presente de grego. Por fim, desejo a todos um Feliz Natal e um Feliz Ano Novo. Apesar das notícias negativas, registro que houve um resultado positivo: a conclusão deste Manual de forma qualificada, técnica e

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

165 amplamente discutida entre a sociedade civil e o governo, representando uma
166 governança ambiental real e legítima. Agradeço, ainda, ao Presidente, pela condução
167 dos trabalhos”. A seguir, nada mais havendo a tratar, o Coordenador agradeceu a
168 participação e dedicação de todos e declarou encerrada a reunião.